

Enseada do Suá vira centro comercial

Região já conta com o Shopping Vitória e está recebendo a sede de diversos órgãos públicos, mudando o eixo econômico da Capital

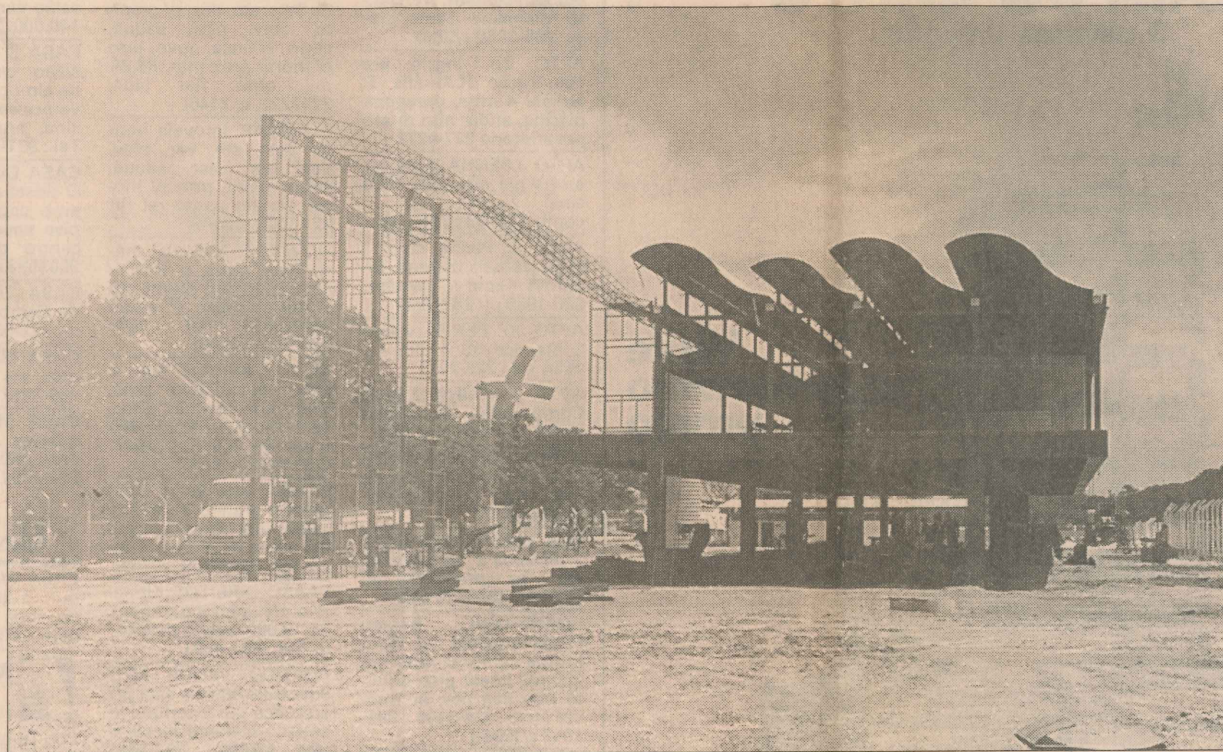
Por mais que se fale em revitalização do centro de Vitória, em recuperação dos prédios históricos e também do potencial comercial daquela região, a Enseada do Suá definitivamente está mudando o eixo econômico da Capital. No caminho do Shopping Vitória, com movimento mensal de 900 mil pessoas, vários prédios públicos devem se transferir para a Enseada do Suá, como o Tribunal Regional Eleitoral. A obra irá demandar investimentos da ordem de R\$ 4,44 milhões.

A nova sede da Capitania dos Portos, também em construção, ocupará um terreno de 6,5 mil metros quadrados. O projeto é composto de um pier com 520 metros para atracação de embarcações a serem vistoriadas e terá uma rampa para encalhe de barcos de até 130 toneladas. Também fazem parte do projeto da nova sede alojamento, posto bancário, salas para ensino profissional a marítimos e galpão de reparos da sinalização náutica.

Há ainda a nova sede da Assembleia Legislativa, em construção há anos, que levará para a Enseada também o burburinho político. Aliás, o burburinho já existe desde o início desta década, quando do início da obra, que chegou a ser apelidada de "Palácio da Moqueca", devido à polêmica em torno dos custos do investimento.

A Enseada também deverá ter ainda mais um atrativo para os turistas, já atraídos pelo Shopping Vitória. Em setembro último, a Prefeitura de Vitória obteve do Ministério da Marinha a cessão de uma área de 70 mil metros quadrados, próxima à futura sede da Capitania dos Portos, onde pretende construir um Parque Temático, projeto que prevê inclusive um grande aquário.

TRIBUNAL - A Enseada do Suá, em Vitória, acaba de ganhar mais uma obra pública. Trata-se do prédio que irá abrigar a nova sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A empresa responsável pelo empreendimento é a capixaba Blokos Engenharia, que venceu concorrência pública da qual participaram 12 construtoras de vários esta-



Fotos Valter Monteiro

TRIBUNAL

A nova sede do Tribunal Regional Eleitoral irá demandar investimentos da ordem de R\$ 4,4 milhões

naturais. Desta forma, proporciona-se menor gasto de energia elétrica e melhor circulação do ar. A fachada do edifício será revestida com painéis de alumínio e vidros reflexivos, que absorvem menos calor e permitem um maior aproveitamento da luminosidade natural.

Sua estrutura arquitetônica interna em laje nervura ou cogumelo dá maior flexibilidade no uso dos ambientes. Permite que as salas sejam adaptadas, a qualquer momento, de acordo com suas necessidades. Os acessos do prédio são amplos e através de rampas para facilitar a locomoção das pessoas portadoras de deficiência. Ele terá, ainda, três elevadores, sala de imprensa, plenário com 200 lugares e recepção toda em mármore.

Por se tratar de um edifício público, que representa uma instituição do Poder Judiciário, o arquiteto Antonio Chalhub diz que procurou dar a ele uma "estética própria e equilibrada, simples e arrojada".

A nova sede vai facilitar o sistema funcional do TRE que, atualmente, possui almoxarifados, salas

e cartórios eleitorais espalhados em imóveis emprestados por toda a capital. A presidência do Tribunal Regional Eleitoral e alguns setores de sua estrutura organizacional ocupam dois andares do prédio anexo do Fórum Muniz Freire, na Cidade Alta, cedidos pelo Tribunal de Justiça.

CAPITANIA - A nova sede da Capitania dos Portos, na Enseada do Suá, em Vitória, irá contribuir para dinamizar as atividades dos portos capixabas. O Estado está ganhando uma Capitania de porte com capacidade para garantir o nível de quem possui um dos maiores complexos portuários do país.

A atual sede da Capitania, na Esplanada Capixaba, com 141 anos de funcionamento, é antiga e não condiz mais com as necessidades portuárias. Ela foi criada por decreto datado de janeiro de 1856 e sempre funcionou no prédio que era uma residência quando foi adquirido pela Marinha. Para a época, a localização era ideal, com o mar batendo em frente da sede.

As transformações urbanísticas

verificadas na capital provocaram dificuldades e limitações para as atividades da Capitania. Um dos maiores problemas do órgão passou a ser o isolamento devido à falta de saída para o mar. Na medida em que crescia a demanda por serviços prestados, a sede não possuía mais condições de abrigar um efetivo compatível com as necessidades.

A nova sede da Capitania dos Portos terá uma área de construção de 6,5 mil metros quadrados, em terreno de mesmo tamanho. Será um conjunto de edificações modernas e adequadas à atuação da Capitania dos Portos diante da realidade marítima capixaba. O projeto é composto de um pier com 520 metros para atracação de embarcações a serem vistoriadas e terá uma rampa para encalhe de barcos de até 130 toneladas. Também fazem parte do projeto da nova sede alojamento, posto bancário, salas para ensino profissional a marítimos e galpão de reparos da sinalização náutica, entre outras instalações.

Aceop elogia empresas locais

O início de obras públicas no Espírito Santo, como os prédios que irão abrigar o Tribunal Regional Eleitoral e a nova sede da Capitania dos Portos, ambos na Enseada do Suá, foi considerado de grande importância para o setor na avaliação do presidente da Associação Capixaba de Empreiteiros de Obras Públicas (Aceop), Brulino Silveira. Para ele, no entanto, o mais importante é que essas e outras obras estão sendo tocadas por empresas sediadas no Espírito Santo.

"É importante porque são empresas do Espírito Santo, que utilizam mão-de-obra local e a maior parte dos materiais usados nas construções são adquiridos aqui mesmo. Isso resulta que o dinheiro acaba ficando no Estado. Para o setor de obras públicas isso tudo é muito importante", avaliou o presidente da Aceop.

Atualmente, o setor de obras

públicas no Espírito Santo congrega em torno de 350 empresas, sendo que aproximadamente 150 delas estão associadas a entidades de classe como a Aceop, Sindicon e Sindicop e outras 200 não mantêm vínculo associativo. De acordo com Brulino Silveira, o setor gera, atualmente, em torno de aproximadamente 40 mil empregos no Estado.

Ele considera, contudo, que não existe carência de mão-de-obra no Espírito Santo e atribui isso ao fato de ainda não haver um volume de obras públicas no Estado que venha absorver essa mão-de-obra. "O volume de obras está aquém do volume de mão-de-obra disponível no mercado. A procura por emprego é constante e havendo um incremento no setor de obras públicas no Espírito Santo as empresas não precisarão contratar pessoal de fora do Estado", concluiu o presidente da Aceop.

preendimento é a arrojada". Engenharia, que venceu concorrência pública da qual participaram 12 construtoras de vários estados, inclusive de São Paulo e Paraná, e tem prazo estimado de 24 meses para concluir o edifício.

A obra, segundo o engenheiro civil e diretor regional da empresa, Wilson Gonçalves de Oliveira, irá demandar investimentos da ordem de R\$ 4,44 milhões. O prédio, que terá nove andares, está sendo levantado em um terreno de 2.086 metros quadrados, na Enseada do Suá.

O edifício será inovador em sua estrutura, com uma "concepção arquitetônica diferenciada", conforme explica o arquiteto urbanista responsável pelo projeto, Antonio Chalhub. Ela está voltada para a visão moderna dos prédios, "permitindo funcionalidade e uma relação formal estética contemporânea", diz ele.

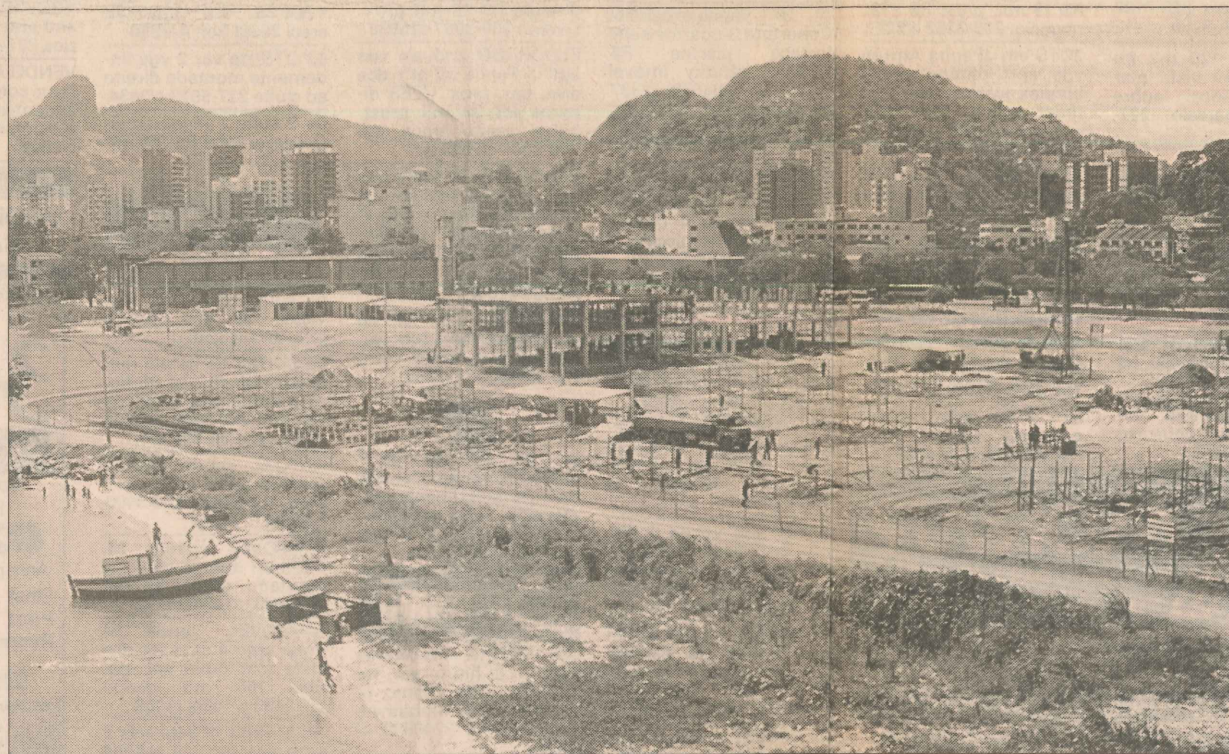
De acordo com a planta, a nova sede do TRE terá dois blocos com um atrio central de aproximadamente 2,25 metros de altura de pé-direito. Todos os andares terão visibilidade para o atrio, onde a característica é o melhor aproveitamento da iluminação e ventilação

e equilibrada, simples e arrojada". A nova sede vai facilitar o sistema funcional do TRE que, atualmente, possui almoxarifados, salas

quirido pela Marinha. Para a época, a localização era ideal, com o mar batendo em frente da sede.

As transformações urbanísticas

galpão de reparos da sinalização náutica, entre outras instalações.



CAPITANIA

A nova sede da Capitania dos Portos ocupará terreno de 6,5 mil metros quadrados na Enseada do Suá

Blokos executa obras também fora do Estado

A Blokos Engenharia é uma empresa capixaba, fundada pelo engenheiro Pedro Alcântara, hoje seu diretor-presidente. Começou a atuar em Vitória no final de 1980 e, atualmente, ocupa posição de destaque no cenário da construção civil nacional com obras industriais, públicas e incorporações.

Em São Paulo, a Blokos instalou sua base em 1994. Na capital paulista, está executando serviços nas áreas de urbanização de favelas, no Projeto Cingapura, na construção de habitações populares e está partindo para a realização de outros empreendimentos.

Atualmente, no Espírito Santo, a Blokos Engenharia responde por diversas obras públicas. As principais delas são a Capitania dos Portos, o terminal do Sistema Transcol em Campo Grande, a Casa de Custódia de Viana, a reforma do hospital Sílvio Avidos, em Colatina, uma escola de 1º Grau, em Terra Vermelha, Vila Velha, e algumas obras da Cesan.



ASSEMBLÉIA

A construção da sede da Assembleia Legislativa foi iniciada pela Encol

Encol iniciou as obras da Assembléia

A Encol era a empresa de engenharia responsável pelas obras da nova sede da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Com sua falência, a conclusão dos trabalhos teve de ser repassada a outra construtora. O presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz e a própria diretoria da Encol optaram por uma empresa capixaba que pudesse responder a qualquer tempo e com presteza pelo acabamento do serviço. As exigências eram porte técnico, estrutura e vivência em obras públicas. Quem atendeu a estas necessidades foi a Blokos Engenharia.

Como a obra não poderia ser subrogada nem subcontratada, foi feito um termo de cessão e transferência de direitos e obrigações. A construção do novo prédio da AL vinha se arrastando há cinco anos e acabou sendo paralisada em função dos problemas vividos pela Encol. Hoje, a Blokos prossegue com os trabalhos de acabamento interno, mas ainda não há um prazo definido para a entrega do edifício, já que os recursos são públicos e dependem de orçamento do Estado.